

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO RECIFE

CURSO DE BACHARELADO

★ ★ ★

PROGRAMA DE ENSINO

DA

3.^A CADEIRA

DO

5.^º ANO

Direito Judiciário Penal

★ ★ ★

APROVADO PELA CONGREGAÇÃO

1 9 5 8



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO RECIFE

CURSO DE BACHARELADO

★ ★ ★

PROGRAMA DE ENSINO

DA

3.^A CADEIRA

DO

5.º ANO

Direito Judiciário Penal

★ ★ ★

APROVADO PELA CONGREGAÇÃO

1 9 5 8

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

EM

CIÊNCIAS

EM

1960

Tratado de Direito Penal

ALVARO DE ARAÚJO

3.^a CADEIRA DO 5.^o ANO

DIREITO JUDICIÁRIO PENAL

1. Conceito do Direito Judiciário Penal. Relações com os demais ramos do Direito e outras ciências. Fontes do Direito Judiciário Penal.
2. O Processo Penal e sua história. Breve história do Processo Penal brasileiro.
3. Sistema acusatório: Sistema inquisitório. Sistema misto. Processo Penal comparado.
4. Princípios fundamentais do processo.
5. Aplicação da lei processual no tempo.
6. Aplicação da lei processual no espaço.
7. Da ação penal e seus caracteres.
8. Da ação pública. Da ação privada. Da ação mista. Da ação popular. Queixa, denúncia.

Portaria ou auto de procedimento *ex-officio*.
Representação do ofendido. Requisição.

9. Do arquivamento. Da ação penal no crime complexo e da ação civil para efeito de reparação de dano.
10. Inquérito policial. Identificação. Antropometria. Dactiloscopia. Poroscopia.
11. Da organização judiciária.
12. Jurisdição e competência. Do conflito.
13. Do Juiz.
14. Da sentença.
15. Do Ministério Público.
16. Do acusado e seu defensor. Da revelia. Da advocacia criminal.
17. Dos assistentes. Dos funcionários de Justiça. Peritos e intérpretes.
18. Das preliminares. Das questões prejudiciais. Das questões prévias.
19. Das exceções. Das incompatibilidades e dos impedimentos.

20. Da restituição das coisas apreendidas. Das medidas assecuratórias.
21. Da instrução criminal. Procedimento oral, escrito e misto.
22. Da multa. Da prisão. Detenção, reclusão e prisão simples.
23. Da prisão em flagrante.
24. Da prisão preventiva. Da prisão administrativa. Do sequestro de bens de indiciados por crimes de que resulta prejuízo para a Fazenda Pública.
25. Da Fiança. Refôrço, quebramento, cassação e liquidação da fiança.
26. Da liberdade provisória sem fiança. Da apresentação espontânea do acusado.
27. Do *habeas-corpus*.
28. Das citações, intimações e notificações.
29. Da prova.
30. Do exame do corpo de delito e das perícias em geral.

31. Da insanidade mental do acusado. Das investigações psiquiátricas.
32. Do interrogatório do acusado.
33. Da confissão e das perguntas ao ofendido.
34. Da prova testemunhal. Acareação.
35. Do reconhecimento de pessoas e coisas.
36. Dos documentos. Do incidente de falsidade.
37. Dos indícios. Das presunções.
38. Da busca e apreensão.
39. Do processo comum.
40. Da instituição do júri. Processo dos crimes da competência do júri. Pronúncia, impro-núncia, despronúncia, absolvição sumária.
41. Do processo e do julgamento dos crimes da competência do juiz singular.
42. Dos processos especiais. Do processo e do jul-gamento dos crimes falimentares.
43. Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.

44. Processo nos crimes de calúnia e injúria, de competência do juiz singular.
45. Processo dos crimes de imprensa.
46. Processo dos crimes contra a propriedade imaterial. Processo dos crimes contra a economia popular.
47. Do processo sumário. Processo das contra-venções e dos crimes punidos com pena de detenção.
48. Dos crimes de responsabilidade e respectivo processo de julgamento.
49. Do processo de aplicação de medida de segurança por fato não criminoso. Do requerimento inicial. Da restauração de autos extravaviados ou destruídos.
50. Processos de competência do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal de Recursos e dos Tribunais de Justiça.
51. Processo no juízo de menores.
52. Processo das infrações eleitorais e das previstas na Lei de Segurança Nacional. Processo na Justiça Militar.
53. Das nulidades.

54. Dos recursos criminaes.
55. Da apelação. Do protesto por novo júri. Dos embargos. Do agravo. Da revisão. Do recurso extraordinário. Da carta testemunhável.
56. Da execução das penas em espécie.
57. Da execução das medidas de segurança.
58. Da suspensão condicional da pena.
59. Do livramento condicional.
60. Da extinção da ação penal. Exercícios.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife,
Janeiro de 1958.

Prof. Evandro Muniz Netto
Catedrático



